

A responsabilidade é de **todos**, **nós**



Cristina Albuquerque, coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Governo mobiliza 14 ministérios para enfrentar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em parceria com diversos órgãos, o Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, já identificou 937 municípios brasileiros onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes. Das ações fazem parte, além dos 14 ministérios, Congresso Nacional, estados, municípios, Poder Judiciário, Ministério Público, organizações internacionais e organizações da sociedade civil. Nesta entrevista, a coordenadora do Programa, Cristina Albuquerque, faz um balanço das ações realizadas até agora e aponta o que ainda precisa ser feito.

WCF - Qual é o tamanho do problema?

» Cristina Albuquerque - Acontece em todo o território nacional, tanto nas regiões mais pobres quanto nas mais ricas. Temos que perceber essa dimensão não apenas do ponto de vista quantitativo, mas principalmente do qualitativo. Em nenhum país existem estatísticas confiáveis em relação ao abuso e à violência sexual. Sempre são amostrais ou projeções. No Brasil, o fenômeno está associado sobretudo a situações de vulnerabilidade pessoal e social dessas crianças e adolescentes. Por isso, o enfrentamento precisa ter um caráter nacional, envolver todos os setores da sociedade.

O que leva ao abuso e à exploração?

» O abuso sexual acontece em todas as camadas da população, dos mais ricos aos mais pobres. Muitas vezes é acobertado pela família. Já a exploração comercial é mais visível. São fenômenos que pedem diferentes estratégias de ação. São vários os fatores que geram o problema. Em primeiro lugar há a questão cultural, ou seja, a dominação do adulto sobre a criança e o adolescente. A maioria das vítimas é do sexo feminino, por causa da cultura de dominação do homem sobre a mulher.

O problema, então, é cultural?

» Não apenas cultural. A vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes está ligada à pobreza e à miséria. A maioria das meninas exploradas é oriunda de famílias pobres e de baixa escolaridade. Por isso, o programa coordenado pela Secretaria realiza ações integradas com diversos minis-

térios, como os da Educação, Justiça e Saúde. Atuamos também no Congresso, no Poder Judiciário, nas diversas polícias e nas organizações não-governamentais. O enfrentamento requer a participação de diferentes órgãos e organizações. Além da questão da pobreza e da escolaridade, temos outro fator, menos representativo, que é o da sociedade de consumo, quando o tipo da necessidade é outro: é o desejo de um tênis novo, da bolsa que está na moda, do relógio. Nesse aspecto do consumo, a escola tem um papel fundamental na formação da consciência crítica da juventude.

De quem é a responsabilidade pelo enfrentamento da exploração sexual?

» A responsabilidade é muito fácil de ser atribuída. Está no artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Ou seja: a responsabilidade é de todos nós, de toda a sociedade. Esse artigo da

Constituição, de certa forma, é repetido no artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente. As responsabilidades estão bastante claras.

O Estado está fazendo sua parte?

» Sim, está fazendo. Vou citar algumas ações que considero importantes. Temos um Disque-Denúncia nacional sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Temos o Programa Sentinela, que foi ampliado de 314 para 1 104 municípios. Existe a política nacional de enfrentamento do tráfico de pessoas, que atende inclusive crianças e adolescentes explorados nas estradas e rodovias. Foi realizado um grande programa de formação de policiais, que está mudando a postura dos agentes para que atuem de acordo com a política de direitos humanos. A Polícia Rodoviária Federal, nossa parceira estratégica, realizou um mapeamento completo das rodovias onde ocorre o problema e desenvolve um trabalho fundamental de combate à exploração nas rodovias. Implantamos, via Ministério da Saúde, a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde. Também é importante destacar o papel do Ministério do Turismo, que desenvolve ações de enfrentamento do turismo sexual. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que articula ações nos três níveis de governo, possibilitou maior efetividade no enfrentamento do fenômeno. Também contribuiu o combate à pobreza por meio do Bolsa Família, agora integrado com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

A responsabilidade é muito fácil de ser atribuída. Está no artigo 227 da Constituição. A responsabilidade é de toda a sociedade.